

# USUÁRIOS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS<sup>1</sup>

**Elisabety Gonçalves**

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina.

e-mail: elisabety.arquivologia@gmail.com.

**Resumo:** Os usuários de arquivos buscam suprir suas necessidades informacionais no decorrer de suas pesquisas, sejam estas para determinados trabalhos ou para conhecimento próprio sobre a região em que residem. No Arquivo Histórico do Município de Florianópolis os usuários tendem, durante suas visitas, investigar assuntos relacionados à história de sua cidade, da sociedade ou de familiares. Sendo assim, este artigo é resultado de um trabalho de conclusão de curso e tem como objetivo geral conhecer o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis e seus usuários. Os objetivos específicos consistem em: a) investigar o perfil do usuário e suas necessidades informacionais; b) caracterizar os tipos de documentos do acervo; e, c) analisar a infraestrutura física e o mobiliário do arquivo. Para isso, quanto aos objetivos, utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva, os procedimentos técnicos envolvem pesquisa documental e bibliográfica, e a forma de abordagem dos dados fundamenta-se em pesquisa qualitativa e quantitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram compostos por fichas de cadastros dos usuários do arquivo. Os resultados da pesquisa apontam que os usuários, na maioria das vezes, são estudantes que buscam por assuntos do século XIX e XX referentes à cidade de Florianópolis ou aos patrimônios históricos da cidade, como exemplo, o Mercado Público. Verifica-se, ainda, a necessidade de verbas para manutenção de infraestrutura e contratação de Arquivistas para a instituição.

**Palavras-chave:** Arquivo Municipal de Florianópolis. Usuários. Pesquisas. Acervo Histórico. Arquivologia.



## 1 INTRODUÇÃO

O arquivo como local de preservação da história e do patrimônio cultural de um povo necessita ser objeto de estudo. Neste cenário, conhecer as necessidades das informações dos usuários de arquivos é um assunto importante para a identificação da busca de informação, compreensão da tipologia documental pesquisada, e análise da qualidade de serviço que o arquivo presta.

O estudo de usuário da informação se alterou com o passar dos anos, no que diz respeito à melhoria de serviços ou produtos, buscando sempre atender as necessidades informacionais do seu público com qualidade.

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e de redes, os estudos de usuários começaram a se aperfeiçoar e, com isso, veio a possibilidade de o profissional da informação obter condições de disponibilizar informações, para a realização de suas pesquisas, até mesmo de forma remota, para melhor atender aos diversos usuários.

---

<sup>1</sup> Banca examinadora: Me. Sonali Paula Molin Bedin. Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: sonali.bedin@ufsc.br. Me. Heloisa Costa. Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: heloisa.costa@ufsc.br. Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Marli Dias de Souza Pinto. Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: marli.dias@ufsc.br

No que diz respeito ao relacionamento entre o usuário e os profissionais da informação, Oliveira (2014, p. 1) discorre que:

Os modos como se desenvolve o relacionamento entre usuário, máquina e/ou serviços vêm ganhando destaque nas organizações nos últimos anos. Pode-se entender que esse destaque se deve ao amplo interesse dos profissionais da informação na melhoria do atendimento aos usuários e aperfeiçoamento dos produtos e serviços.

Atualmente, o estudo de usuários elaborado nas instituições públicas serve, principalmente, para obter conhecimento sobre as demandas de informação de seu público alvo, bem como verificar a qualidade de atendimento, tendo por finalidade apontar se as necessidades de informação dos usuários estão sendo atendidas de maneira satisfatória, contribuindo para que as instituições obtenham melhorias nos seus serviços e produtos (FIGUEIREDO, 1994).

Neste artigo o arquivo onde foi realizado o estudo é o Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (AHMF) e está subordinado à Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC), no setor de Administração, conforme a informação do responsável pelo arquivo, que é formado em história e cuida do arquivo desde janeiro de 2018.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, o presente artigo busca responder a seguinte questão: Qual o perfil e as necessidades informacionais do usuário, bem como o acervo e a infraestrutura do AHMF?

Para auxiliar a responder à pergunta da pesquisa, o objetivo geral deste estudo consiste em conhecer o AHMF e seus usuários. E, os objetivos específicos delineados buscam: a) investigar o perfil do usuário e suas necessidades informacionais; b) caracterizar os tipos de documentos do acervo; e, c) analisar a infraestrutura física e o mobiliário do arquivo.

A justificativo pessoal deste estudo está voltada para a vontade de explorar as necessidades informacionais do público usuário do AHFM, analisando as pesquisas realizadas no arquivo, bem como entender a tipologia documental que seus usuários buscam, juntamente com uma apresentação da infraestrutura institucional, uma vez que este assunto é relevante para o futuro profissional do Arquivista.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2018), existem aproximadamente 25 Arquivos Públicos Estaduais e Municipais no Brasil, fato que desencadeia a justificativa social e acadêmica de contribuir para o aumento de publicações científicas sobre arquivos públicos, visto que no levantamento bibliográfico realizado para a pesquisa em base de dados e em revista da área, poucos resultados foram encontrados e quando encontrados, os temas envolviam a gestão de arquivos e não o estudo de usuários.

A justificativa social deste estudo pretende ressaltar a importância de estudos sobre arquivos públicos brasileiros para a preservação da memória e cultura do povo. Arquivos

históricos municipais guardam grande parte da história de uma cidade, envolvendo a cultura, tradição e a memória do povo em determinada época.

Esta temática caracteriza-se como importante para o observatório da evolução da sociedade, o estudo dos usuários de arquivos podem revelar o perfil desses usuários, identificando se estão inseridos no mundo acadêmico, ou se podem ser agentes de segurança pública, servidores públicos, cidadãos comuns ou pessoas interessadas em saber sobre a história da cidade ou do local.

Os procedimentos de investigação deste artigo envolveram a pesquisa bibliográfica, documental, mais bem detalhados na seção 3 deste estudo.

## **2 ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS**

Nesta seção do artigo apresenta-se o embasamento teórico com os seguintes assuntos: Arquivo: aspectos gerais e conceituais; Estudo de usuários da informação em arquivos.

### **2.1 ARQUIVO: ASPECTOS GERAIS E CONCEITUAIS**

Com o decorrer dos anos e da evolução da escrita, tornou-se essencial a criação dos arquivos para a guarda dos documentos e das informações que servem de fonte de pesquisa e de preservação do patrimônio documental na esfera da administração pública federal.

Segundo Lopes (2003), os arquivos nas instituições prestam serviços de atendimento à administração, suporte à pesquisa técnica, realizando todos os procedimentos arquivísticos, até chegar ao arquivamento e disponibilização para consultas e pesquisas internas e externas.

No Brasil, as instituições que possuem tanto um arquivo privado quanto um arquivo público adotam as medidas definidas em leis e regulamentos.

A Lei n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei Nacional de Arquivos, que discorre sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, define arquivo no “Art. 2º - Os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. (BRASIL, 1991, *online*).

Contrapondo o Art. 2º da Lei n. 8.159, Rousseau e Couture (1994, p. 284) definem o arquivo como: “conjunto de informações” ao invés de “conjuntos de documentos”.

Ainda sobre a definição de arquivo, Rodrigues (2006, p. 105) afirma que “arquivo é um conjunto de documentos produzidos ou recebidos no decurso das ações necessárias para o

cumprimento da missão predefinida de uma determinada entidade coletiva, pessoa ou família”.

Lopes faz uma compilação da classificação de arquivos apresentado por Paes (2002, p. 20-23 *apud* LOPES, 2004, p.114, grifo nosso), a qual fica da seguinte maneira:

- 1) **De acordo com seus mantenedores estes podem ser:** Públicos – Federal Estadual e Municipal; Institucionais – Escolas, Igrejas, Corporações lucrativas, Sociedades e Associações; Comerciais – Firmas, Corporações e Companhias; Famílias ou Pessoais;
- 2) **Pelos estágios de sua evolução:** Arquivos de primeira idade ou corrente; Arquivos de segunda idade ou intermediários; Arquivos de terceira idade ou permanentes;
- 3) **Pela extensão de sua atuação:** Setoriais – quando existem arquivos espalhados nos mais diversos setores da organização;
- 4) **Gerais ou centrais** – quando todos os documentos gerados estão reunidos em um único arquivo;
- 5) **Pela natureza de seus documentos:** Arquivo especial – detém sob sua guarda diferentes tipos de suportes de documentos resultantes da experiência humana em algum campo específico do conhecimento, tais como fotos, fitas cassete, filmes VHS, discos, recortes de jornais, disquetes, CD-ROM, entre outros. Por se tratar de documentos na sua grande maioria frágeis, deve-se ter maior cuidado com a conservação e preservação, não somente no aspecto de armazenagem, mas também em seu registro, acondicionamento e controle;
- 6) **Arquivo especializado** – detém sob sua custódia documentos resultantes da experiência humana num campo específico, independente da forma física que seus documentos apresentem.

Como neste artigo o objeto de estudo é o AHMF, destaca-se o conceito de Bellotto (1991, p. 5) sobre a função dos arquivos públicos que consiste em “recolher e tratar os documentos públicos após o cumprimento das razões pela qual foram gerados”. Deste modo, estes arquivos armazenam os documentos que não possuem mais um fim administrativo, mas sim um fim histórico e de prova.

No que diz respeito aos arquivos públicos, segundo o Art.7 da Lei n. 8.159,

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL, 1991, *online*).

Com isso, observa-se a importância da existência dos arquivos públicos para a organização e tratamento de toda a massa documental produzida e/ou recebida pelos órgãos públicos, que dizem respeito ao acesso público. Os documentos de arquivos públicos possuem valor primário para os que são produzidos e tenham interesse somente para uma determinada repartição ou setor, e os documentos de valor secundário que interessam ao público externo e as outras entidades (BELLOTTO, 1991).

Os arquivos são classificados pelo estágio de sua evolução, denominados de: arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes. Bellotto (1991) discorre em seu livro “A teoria das três idades” que a primeira idade é a dos arquivos correntes, que visa à guarda dos documentos de acordo com seu uso administrativo e contínuo; a permanência dos documentos no arquivo corrente depende da sua tipologia documental, porém, não ficam por

muito tempo neste arquivo. A segunda idade é a do arquivo intermediário, no qual ficam armazenados os documentos que já passaram pelo arquivo corrente e precisam de um prazo maior de guarda até sua destinação final, pois ainda são utilizados pelo seu produtor, porém não diariamente e nem de forma contínua. A terceira idade é a do arquivo permanente, que guarda os documentos que possuem mais de 30 anos de acordo com a data de produção e ou fim da tramitação do documento. Esse tratamento é conhecido como “recolhimento”, no qual os documentos são levados para um local de preservação e conservação (BELLOTTO, 1991).

Os documentos que são produzidos administrativamente podem ou não ter valor secundário e de guarda permanente. Para realizar essa identificação é preciso analisar o contexto de criação desses arquivos, bem como sua idade, e sua função perante a instituição. Existem também documentos que já são produzidos de forma permanente, que são aqueles criados em órgãos e instituições públicas interessadas ao público e ao governo, que tratam de assuntos pertinentes a ações realizadas na sociedade tanto de forma cultural como educacional que dizem respeito ao público (BELLOTTO, 1991, p. 5).

Para a autora, o arquivo é setorial quando existem mais arquivos descentralizados na Instituição, neste caso o arquivo objeto do estudo possui todos seus documentos centralizados em único local.

Partindo para o ponto de vista de Paes (2002), os arquivos podem ser classificados quanto à natureza de seus documentos. A classificação é de fácil compreensão e a diferenciação acontece não só pelo tipo de órgão que guarda a documentação, mas com o enriquecimento da tipologia documental a importância do contexto de produção tornou-se mais presente, assim como a definição do suporte e material utilizado.

A separação de arquivo especial e arquivo especializado também é um assunto de grande importância para a classificação dos arquivos, pois um arquivo que tem a nomenclatura de especial possui em sua guarda uma infinita variedade de suportes materiais, assim como um arquivo especializado possui documentos de uma determinada área ou assunto específico (PAES, 2002).

Diante dessas classificações, em que Paes (2002) aponta para os arquivos como sua principal função, estão a disponibilização das informações e a garantia do acesso aos usuários. Para o acesso à informação foi elaborada a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante aos usuários todo e qualquer acesso à informação pública por ele solicitada. Exceto os documentos classificados como sigilosos.

Os documentos de arquivo público são divididos em duas categorias, sendo elas: documentos de valores primários, que são aqueles produzidos para a própria entidade de onde

se originam que servem para fins administrativos, fiscais, legais e executivos; e documentos de valores secundários, que são os documentos dirigidos a outras entidades e pesquisadores, contendo seu valor que permite que o documento sirva de prova legal, e informativo que possui informações essenciais, mas não serve de prova. (SCHELLENBERG, 2006).

A Lei n. 8.159 define em seu Art. 3º, “a gestão de documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” e que estabelece ainda que a gestão de documentos de arquivo é dever do poder público, trouxe uma nova percepção da gestão documental, levando em conta três critérios para a destinação, sendo eles: a avaliação, uso e a produção dos documentos (BRASIL, 1991, *online*).

Segundo Burnet (1987 apud JARDIM, 1987, p. 35) a gestão de documentos é:

O processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, [...] de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro sem menosprezar a integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa.

Para a aplicação da gestão de documentos primeiramente é preciso que a instituição tenha constituído uma Comissão de Avaliação de Documentos (CPAD), que de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, (2005, p. 53) é um “grupo multidisciplinar encarregado da avaliação de documentos de um arquivo, responsável pela elaboração de tabela de temporalidade.” Para então fazer o uso da Tabela de Temporalidade e Destinação Documental (TTD), instrumento normativo criado por cada instituição de acordo com suas necessidades e obedecendo aos prazos de guarda de cada documento. Bernardes e Delatorre (2008, p. 36) definem TTD como:

Um instrumento aprovado por autoridade competente, que regula a destinação final dos documentos, definindo prazos para a guarda dos documentos em função de seus valores administrativos, legais e fiscais, determinando os prazos para sua transferência, recolhimento ou eliminação.

Ocorre que, em algumas instituições informacionais, a elaboração da TTD requer como base uma tabela de temporalidade já existente e que esteja de acordo com a finalidade da que será elaborada. Na TTD os documentos são classificados e separados de acordo com sua tipologia documental, e seu tempo de guarda. É utilizado para identificação de quanto tempo o documento fica no arquivo e qual o destino que esse receberá.

No âmbito arquivístico, a tipologia documental é dada por meio da classificação dos documentos, e o contexto de criação, pois uma parte está ligada na outra (BELLOTTO, 1991),

ou seja, a tipologia documental é o tipo do documento, o assunto em si, sua função e origem. Rodrigues (2002, p. 63) salienta que:

A identificação da tipologia documental pode ser utilizada como ponto de partida metodológico, transformando-se num recurso útil para: 1. organizar massas acumuladas, onde textos legais referentes à estrutura e funcionamento dos órgãos produtores se encontrem dispersos entre os volumes a serem manuseados; 2. identificar as funções e a produção documental que não estão previstas no nível de forma legal, conforme foi inclusive indicado por Lopez (1999) e, 3. classificar e avaliar os documentos no momento da produção, no caso em que as competências estabelecidas legalmente não correspondam com a prática desenvolvida para registrá-lo.

Por fim, um arquivo público é um arquivo permanente em que estão armazenados documentos de terceira idade que possuem valor histórico ou probatório (BELLOTTO, 1991).

Nos arquivos públicos, atuantes como arquivos permanentes, tanto estaduais quanto municipais, devem ser efetuados periodicamente os procedimentos de descrição e difusão documental, bem como a preservação, conservação e higienização – técnicas preventivas de deterioração em documentos, por meio de controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico dos documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005)

Sobre a organização de um arquivo, Bellotto (1991) destaca que se necessita de Arquivistas capacitados, que tenham habilidades para identificar a tipologia documental, descrever os documentos, resumir e indexar os documentos de valor histórico.

## 2.2 ESTUDO DE USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS

Estudos de Usuários estão sendo desenvolvidos a mais de 40 anos, por volta do século XX, e os primeiros argumentos sobre este assunto foram apresentados durante uma conferência em 1948, que tinha como foco principal a investigação do uso das informações pelos engenheiros e cientistas (DIAS; PIRES, 2004). Visando à coleta de dados para criar e/ou avaliar produtos e serviços informacionais, entender o fluxo da transferência da informação.

Estudo de usuários trata-se de um conjunto de estudos de dados, que podem ser qualitativos ou quantitativos, utilizados para aplicação em empresas ou instituições, visando atender todos os requisitos possíveis para que o usuário permaneça satisfeito quanto ao serviço prestado (SANZ-CASADO, 1994).

De outra perspectiva, a realização de um estudo de usuário nem sempre é visando à satisfação do cliente, mas sim um conjunto de informações que a instituição busca saber para adaptar-se a seus usuários, suprindo então, suas necessidades, tanto informacionais quanto no caso de produtos e serviços prestados nas próprias unidades de informação.

Sobre o conceito de estudo de usuários, Figueiredo (1994, p. 7) discorre:

Estudos de usuários são investigações que se fazem para saber o que os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então, para saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou de um centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada.

Complementando as afirmações de Figueiredo, autores como Cé e Pedrazzi afirmam que o estudo de usuários, se trata de um método utilizado para conhecer os usuários, e com isso aderir “novas maneiras de tratar, organizar, criar políticas de acesso aos acervos, visando melhorar a qualidade de atendimento”. (CÉ; PEDRAZZI, 2011, p. 81).

Com isso, denota-se a importância da aplicação do estudo de usuário nas unidades de informação, para que seja possível entender o usuário pesquisador, a fim de compreender suas necessidades informacionais. Isso torna-se necessário devido à transformação constante da sociedade, tanto no âmbito tecnológico quanto histórico.

Para Jardim e Fonseca (2004, p. 1) é “fundamental aprofundar, no âmbito da Arquivologia, do ponto de vista teórico e prático, as questões que envolvem o usuário da informação como sujeito do processo arquivístico”. Sendo assim, os serviços exercidos por arquivistas em instituições que prestam acesso a informação aos usuários são essenciais, porém é fundamental a participação dos usuários na construção de um serviço satisfatório.

Segundo Portella e Perez (2011), o usuário de informação caracteriza-se como qualquer indivíduo que necessita de informação para desempenhar suas atividades, e que busca satisfazê-la por meio de pesquisas.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159), do Arquivo Nacional brasileiro determina usuário como “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador”. Com isso, entende-se que usuário é aquela pessoa que sente a necessidade de informação e que busca, por meio de consultas em unidades de informação, satisfazê-las.

De acordo com as diferentes atividades realizadas em um arquivo, Perez (2002) divide os usuários de arquivo em dois tipos: usuários internos e externos. Sendo os usuários internos os que fazem parte da instituição que produz a documentação, e os externos são usuários que precisam realizar pesquisas pessoais e administrativas no arquivo. Já Garcia Belsunce (1982) divide os usuários de arquivo em três, o primeiro é o acadêmico que busca o arquivo para auxiliar no desenvolvimento de trabalhos; o segundo é o popular que é o usuário que recorre ao arquivo para encontrar informações para si mesmo; e o terceiro é o prático que são aqueles mais ágeis que prezam pela informação de forma mais rápida.

Sendo assim, identifica-se que há várias maneiras de definir um usuário de arquivo, cabe então, somente ao arquivo que presta os seus serviços, identificar quais são os seus usuários, e assim delinear como proceder com suas atividades, adaptando sempre a melhor forma de prestar um serviço satisfatório e eficiente para seus usuários.

O estudo de usuários é aplicado por meio da coleta de dados com auxílio de instrumentos de pesquisa, visando à identificação das necessidades dos usuários que utilizam os serviços prestados por uma determinada instituição.

Para dar mais acessibilidade aos arquivos, Costa, Silva e Ramalho (2010, p. 134) propõem:

Estudos relacionados ao uso da informação arquivística voltados para a questão da inclusão e do acesso, ampliando o modelo de arquivos direcionados para os usuários, associando, para tanto, as questões que define para quem se destina a informação e não para quem se destina.

Deste modo, a implementação de um estudo de usuários nos arquivos é de ampla importância, uma vez que estas unidades têm como foco principal a satisfação dos usuários em suas buscas por informações.

### **3 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, em exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2010, p. 27) “têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A pesquisa descritiva possui como objetivo a descrição das características da população, fenômeno ou, do estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2010).

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, que, para Marconi e Lakatos (2010, p. 157-158) a “finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”.

O levantamento bibliográfico foi realizado na Base de dados Referenciais de Artigos de Periódicos da área de Ciência da Informação (BRAPCI), na Revista *Ágora* do Curso de Graduação em Arquivologia da UFSC (Em janeiro de 2019 o título mudou para *Ágora: Arquivologia em debate*), na Base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), porém não foi possível realizar a busca, visto que o site está com problemas técnicos. E no banco de Teses do Portal de Periódicos da CAPES, onde não foram encontrados artigos que fazem menção ao Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.

A coleta de dados documental foi realizada com autorização do responsável do AHMF

para o acesso aos documentos existentes, procedimento caracterizado como pesquisa documental, definida por Marconi e Lakatos (2010, p. 157-158) como “a fonte de coleta de dados que está restrita a documentos, escrita ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”. Com as visitas realizadas ao AHMF, pode-se considerar o método de observação não participante, uma vez que o pesquisador não interage de forma alguma com o objeto do estudo ao realizar a observação (LEITÃO, 2008).

Quanto à forma de abordagem do problema a pesquisa é qualitativa e quantitativa. Conforme Creswell (2010, p. 211), a pesquisa qualitativa “é uma pesquisa interpretativa, com o investigador tipicamente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes”. “É um meio de explorar e de entender o significado que os indivíduos ou grupo atribuem a um problema social ou humano” (CRESWELL, 2010, p. 271). De acordo com Fonseca (2002, p. 20), “diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados”.

Os instrumentos de coleta de dados foram compostos pelas fichas de cadastros dos usuários do AHMF do período de 2003 a 2004, que estiveram na instituição para realizar pesquisas e estudos. Assim, o universo da pesquisa foi constituído por 34 fichas de cadastro dos usuários do arquivo, referentes aos anos de 2003 e 2004, uma vez que eram os únicos documentos referentes a usuários, desde então, não houve mais registros. O que mostra que o arquivo não possui uma gestão adequada após essa data.

As etapas da pesquisa sucederam-se da seguinte forma: na primeira etapa buscaram-se documentos impressos existentes no AHMF, e em documentos *online* na página da Prefeitura de Florianópolis sobre a instituição, que abordassem a história da mesma. Na segunda etapa se deu a análise e identificação dos tipos de usuários constantes das fichas de cadastro do arquivo. Na terceira etapa realizou-se uma pesquisa mais ampla da documentação que o AHMF mantém em sua guarda, visando identificar a tipologia documental. Na quarta etapa a atenção da pesquisa voltou-se para a infraestrutura institucional, observando e relatando sobre seu local de guarda e suas condições físicas. Por fim, assim como a segunda etapa, a quinta utilizou como auxílio as fichas de cadastro para a descrição das pesquisas realizadas no arquivo.

#### **4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção aponta-se primeiramente os resultados adquiridos no levantamento bibliográfico, em seguida o local do estudo, juntamente com resultados da análise documental.

Para dar sequência a este artigo, torna-se necessário a apresentação dos resultados obtidos no levantamento bibliográfico, que se deu por meio da busca por publicações que fazem menção ao assunto disposto no decorrer do texto.

Na BRAPCI, ao realizar uma busca datada de 1972 a 2018, recuperou-se o total de 26 publicações, dentre essas, 13 artigos utilizando as palavras-chave: Arquivo Público no singular e plural; quatro artigos sobre “Estudo de Usuário de Arquivo” e “Estudos de Usuários de Arquivos”; nove artigos com as palavras-chave: Arquivo Histórico Municipal. Das 26 encontradas, utilizou-se apenas duas, sendo elas: “O Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos” do autor Carlos Eduardo dos Reis; e “Perfil dos Usuários do Arquivo Público do estado do Rio Grande do Sul” dos autores Viviane Portella de Portella e Carlos Blaya Perez.

Na pesquisa realizada na Revista *Ágora* do Curso de Graduação em Arquivologia da UFSC, entre os anos de 1985 e 2018, recuperou-se o total de 27 artigos publicados, dentre estes, 11 artigos utilizando as palavras-chave: Arquivo Público e Arquivos Públicos; dois artigos sobre “Estudo de Usuários” e “Estudo de Usuários e Usuários”; e 14 artigos com o tema voltado para Arquivo Histórico Municipal.

Na busca dentro da Base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), não foi possível encontrar nenhuma publicação, visto que o site não se encontra disponível. E no banco de Teses do Portal de Periódicos da CAPES, a pesquisa realizada com a palavra-chave: Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis trouxe 40 artigos, mas nenhum destes fazem realmente menção ao tema deste artigo. E com a palavra-chave: estudo de usuários em arquivo, o site apresentou 165 resultados, porém destes somente 1 trouxe um assunto diretamente ligado com a palavra-chave pesquisada.

Dos 28 artigos encontrados, somente um (1) artigo foi utilizado, sendo: “O Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis: 21 anos” do autor Carlos Eduardo dos Reis, publicação esta que já constava na pesquisa na BRAPCI.

#### 4.1 LOCAL DO ESTUDO

O Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis (AHMF) foi criado de acordo com a Lei Municipal n. 4.491, Art. 1º, de 14 de setembro de 1994, no final da Administração do Prefeito Sérgio José Grando. Segundo as informações existentes no site da Prefeitura de Florianópolis (SC), o AHMF foi inaugurado em 19 de dezembro 1995, na Rua General Bittencourt, n. 223, no centro da cidade de Florianópolis, criado devido ao surgimento da necessidade de guardar a documentação referente aos órgãos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, visto que até esta

data os documentos relacionados a administração da prefeitura eram armazenados em locais insalubres e sem condições para manter um acervo, passando então por várias sedes, assim, tornando-o subordinado à Secretaria Municipal da Administração (BAHIA, 2002).

De acordo com o responsável pelo AHMF, durante a administração da prefeitura pela prefeita Ângela Amim, firmou-se um acordo com o Banco do Brasil S.A. para ceder o prédio onde encontra-se localizado o arquivo atualmente, concretizando-se em 25 de novembro de 2004, a mudança do AHMF para sua nova sede, localizada em frente à Praça XV de Novembro, na esquina da Rua Tiradentes, no centro de Florianópolis.

O arquivo tem como função, segundo o Art. 6º da Lei Municipal n. 4.491:

Proteger o acervo e os documentos que estão em sua guarda; facilitar o acesso a informação aos usuários; prover certidões e fotocópias aos usuários; manter comunicação com outros acervos e bibliotecas até mesmo universitárias; e prestar assistência aos órgãos municipais (FLORIANOPÓLIS, 1994, *online*).

A respeito da visibilidade do arquivo e da falta de recursos, o ex-supervisor do AHMF, em uma entrevista realizada para uma publicação, descreve que com tantos recursos tecnológicos “o arquivo ainda vive no escuro”, por não possuir um *website*, recurso importante para que os usuários possam acessar as mínimas informações da instituição (REIS, 2015). Diante disso, fica evidente a falta de preocupação com a guarda da memória da cidade, pois atualmente no AHMF, dentre outros problemas, cita-se a falta de funcionários para atender os usuários e pesquisadores, bem como a adequada manutenção, preservação e conservação dos documentos sob sua guarda, uma vez que a estrutura física do prédio em que está instalado não apresenta condições para estas atividades.

Evidencia-se que, devido às condições descritas anteriormente, o arquivo tem um grande déficit de usuários, pois muitas pessoas encontram dificuldade de pesquisar sua correta localização na *web*. Sendo assim, torna-se importante as pesquisas realizadas no AHMF para estudo s acadêmicos, uma vez que além de gerar mais visibilidade ao mesmo, demonstra para a população que o arquivo está de portas abertas para a sociedade, porém, necessitando urgentemente de melhorias para ofertar atendimento de qualidade a seus usuários.

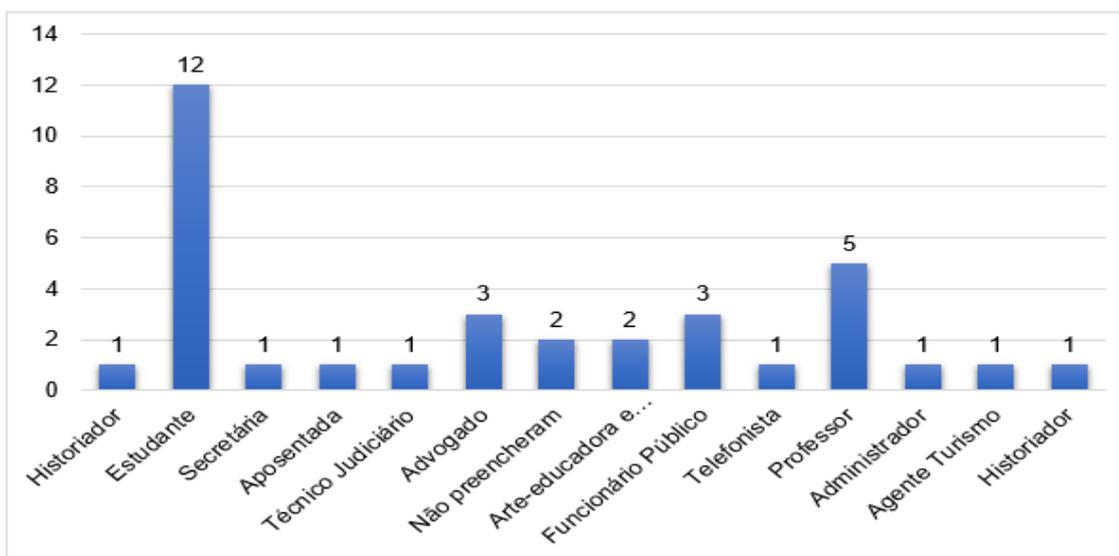
## 4.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DOCUMENTAL

Neste momento do estudo, relatam-se os resultados da análise documental, cujos documentos utilizados e disponíveis para a investigação consistem em 34 fichas de cadastro existentes no AHMF, que contribuíram para realização da análise tanto do perfil do usuário quanto para descrever as pesquisas do arquivo. Além disso, contribuiu para relatar sobre a tipologia documental existente em seu acervo e sobre a infraestrutura do espaço.

### 4.2.1 Perfil do usuário

De acordo com os objetivos específicos deste estudo, quanto à identificação do perfil do usuário do arquivo, destaca-se a profissão dos usuários de acordo com o exposto no Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Profissão dos usuários**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

No que se refere à profissão dos usuários do AHMF, verificou-se nas fichas cadastrais que, do total de 34 usuários 12 são estudantes, cinco são professores, três são advogados, três são funcionários públicos, e os demais são pesquisadores com profissão diversas, conforme descritas no Gráfico 1. Os números apontados no gráfico acima, mostram que o arquivo atualmente não é muito procurado por pessoas além de estudantes ou professores, é grande a escassez de procura pelo AHMF, isso se dá pela falta de divulgação e cuidado dos gestores do arquivo. De acordo com os dados indicados pelos usuários no preenchimento de suas fichas de cadastro do AHMF, 50% dos usuários são do gênero masculino e 50% são do gênero feminino.

### 4.2.2 Tipologia documental

Com relação a tipologia documental do AHMF, verificou-se que o maior fundo documental de seu acervo é o da Assessoria de Comunicação Social, que possui cerca de 2.000 mil fitas em VHS, e, aproximadamente, 50 caixas com documentos. Esta documentação não está digitalizada, e os instrumentos de pesquisa referentes ao fundo ainda não foram elaborados.

O livro manuscrito mais antigo guardado no acervo do AHMF é datado de 1715-1807, que contém registros das provisões do Governo da Província. O manuscrito não está em formato digital, não está disponível para pesquisas e não possui transcrição paleográfica.

No acervo constam, ainda, documentos a partir do século XVIII, provenientes do Poder Executivo (Governo da Província, Presidência da Província, Conselho Geral da Província, Câmaras Municipais, Superintendência Municipal, Prefeituras e Cemitérios) e Poder Legislativo (Assembleia Provincial, Leis e Decretos Provinciais, documentos constitucionais), incluindo a documentação especial, livros, mapas, plantas, fotografias, filmes.

O AHMF dispõe de catálogos que fornecem as informações sobre esses acervos, como: o assunto, data, estado de conservação, número da caixa e folhas.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 163, grifo nosso) define Tipo Documental como:

Divisão de **espécie documental** que reúne **documentos** por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais as cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, decretos legislativos, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras.

Em relação a este assunto, atualmente o AHMF conta com os seguintes tipos documentais em sua guarda, descritos no quadro 1.

**Quadro 1** - Tipos documentais no acervo do AHMF

<b>Espécie</b>	<b>Atividades e Tipos documentais</b>
<b>Registros</b>	Provisões, reses de corte, foros de terra, correspondência geral, registro de patentes, registro fiscal, registro de ofícios, registro de vacina, registro de termos e declarações para naturalização, registro de passaportes, registro de nascimentos, registro de óbitos, registro de títulos, registro do ponto do conselho municipal.
<b>Termos</b>	Audiências, vereança, juramentos, manifesto, responsabilidade, arrendamento de terrenos, recursos, termo de promessa dos juizes de paz.
<b>Correspondências</b>	Carta Régia à Câmara, carta provincial.
<b>Receitas</b>	Receitas e despesas, lançamento de vendas, receita de imposto, receita de sisas dos escravos, receita de sisas dos prédios urbanos, junta paroquial, receita mercado público.
<b>Atas</b>	Registro de títulos, registro de cartas, registro de portaria, eleições, autos de posse, sessões da junta do governo, sessões da câmara municipal, sociedade patriótica, grêmio beneficente, colégio eleitoral, reuniões da junta classificatória, sessões do conselho da intendência.
<b>Ofícios</b>	Junta do governo, presidência da província, orçamento das despesas e receitas, publicação de editais, tesouraria.
<b>Leis e decretos</b>	Imperiais, registro das leis da assembleia, decretos do império, petições e despachos, inventários.
<b>Relatórios</b>	Atividades do conselho municipal.
<b>Fotografias</b>	Em geral.
<b>Filmes</b>	Prefeitura, jornal, Estúdio SC, horário político, comunidade.
<b>Fichas</b>	Inscrição de professores, cadastro de portadores de deficiência.
<b>Livros</b>	Sobre Florianópolis (SC).
<b>Mapas e Plantas</b>	Sobre Florianópolis (SC).

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Deste modo, salienta-se a importância da preservação dessa documentação, uma vez que dispõe de informação sobre a história de Florianópolis do século XVIII até os dias de hoje. Dentre todos esses tipos documentais, de acordo com a pesquisa realizada, o assunto que mais chama a atenção dos usuários do AHMF, além da Genealogia, é a história da cidade de Florianópolis (SC), ou, de uma parte patrimonial específica da cidade, como o Mercado Público ou a Ponte Hercílio Luz. Esses patrimônios devem ser preservados e conservados da melhor maneira possível, para que a história por trás destes lugares continue sempre viva na sociedade.

Vale ressaltar, a importância da disseminação das informações sobre Florianópolis, uma vez que poucas pessoas sabem do arquivo e o que ele mantém em sua guarda, sendo assim, a divulgação é algo essencial para que todos possam ter conhecimento do arquivo.

#### **4.2.3 Infraestrutura do Arquivo**

O AHMF está situado em um prédio em frente à Praça XV de Novembro, no centro da cidade de Florianópolis (SC). Contém em sua estrutura física e mobiliária: uma sala de pesquisa e biblioteca de apoio que possui quatro mesas e dois computadores para pesquisas; uma sala de arquivo para a documentação recebida e que ainda não foi tratada e armazenada no acervo da instituição, com 11 estantes de aço, totalizando 18,37 metros lineares de documentos; um Laboratório de Conservação e Restauração que atualmente não está sendo utilizado, contendo dois armários de madeira com aproximadamente 22 metros lineares de mapas e plantas da década de 40; uma sala de supervisão do arquivo, em que ficam localizados os responsáveis pelo AHMF.

De acordo com o acesso ao acervo documental do arquivo, verificou-se que o AHMF contém uma estante deslizante e 11 estantes de aço, um gaveteiro de aço para armazenar os mapas, e dois gaveteiros de aço de pastas suspensas para a guarda das fotos, com cerca de 57,37 metros lineares de documentos iconográficos, conforme a medição efetuada pela pesquisadora.

No acervo documental, ficam armazenados todos os documentos, incluindo livros, fotos e mapas. Encontra-se em estado precário de conservação e preservação, pois no interior do acervo há uma rachadura no teto, onde localiza-se o encanamento do aparelho de ar-condicionado, fazendo com que a água do encanamento goteje na sala, prejudicando o controle da temperatura e umidade do ar no acervo.

Com relação ao espaço físico para o recebimento de novas remessas de documentos, possui uma área suficientemente adequada para tal ação.

#### 4.2.4 Descrição das pesquisas realizadas

A ficha de cadastro preenchida pelos usuários do AHMF contém as seguintes informações: título da pesquisa, objetivo da pesquisa, documentos pesquisados, e datas pesquisadas.

O quadro 2 apresenta as pesquisas realizadas no ano de 2003.

**Quadro 2** - Pesquisas realizadas no AHMF ano de 2003

Título da pesquisa	Objetivo da pesquisa	Documentos pesquisados	Datas
	Trabalho de Conclusão de Curso		
	Casa do Victor Meirelles	Livros em restauração	
	Depoimento a favor da Identidade Judaica em Florianópolis (SC)	Livro Histórico n. 73	
Mercado Público de Florianópolis (SC)	Construção do 1.º Mercado	Decretos de 1938, Ata da Secretaria Patriótica	1938
Ponte Hercílio Luz	História em geral, curiosidades e fatos		

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

Com base nos dados apresentados no quadro 2, verifica-se que dos cinco usuários que fizeram buscas no ano de 2003, somente um informou o ano dos documentos em que pesquisou. A diversidade dos objetivos de pesquisa se faz evidente por haver diversos assuntos. No quadro 3 são apresentadas as pesquisas realizadas no AHMF no ano de 2004.

Segundo os dados apresentados no quadro 3, as pesquisas realizadas no AHMF em 2004 possuem uma grande variedade tanto de título de pesquisa quanto de objetivo, porém, nota-se que os assuntos mais pesquisados fazem relação à cultura da cidade, história familiar dos usuários, legislações e história da sociedade.

Os documentos mais procurados são manuscritos e, por isso, precisam de uma atenção redobrada no manuseio, além dos cuidados para a proteção vital do usuário, sendo de suma importância o uso de luvas descartáveis, máscaras de vinil ou tecido TNT, óculos de proteção e guarda-pó.

**Quadro 3** - Pesquisas realizadas no AHMF ano de 2004

<b>Título da pesquisa</b>	<b>Objetivo da pesquisa</b>	<b>Documentos pesquisados</b>	<b>Datas</b>
Mercado Público		Câmara Municipal Desterro livro AH137, Correspondência do presidente da província livro AH98	1846
Genealogia Familiar	Genealogia	Registro de óbitos cemitério da ponte	1858 a 1864
Poente da Serra Geral	Condição de abertura do caminho entre Desterro e Lages (SC) / Monografia	Estrada para o Município de Lages (SC), Despesas e Receitas, Capitania de SC.	
Centro Cultural Bento Silvério	Criação do CCBS; criação da biblioteca	Leis, Decretos e Projetos de Leis	1987 a 1989
Diversos	História do Distrito de Rationes	Atos Normativos, Leis	1836 a 1967
Histórico da construção e reformas do Palácio Cruz e Souza / Florianópolis	Dados referentes a construção da casa do Governo (1746) e reformas (1894-1898) / Conhecimento sobre o passado de Florianópolis	Livro: Florianópolis uma síntese histórica	
1º Cemitério Público	Trabalho de Conclusão de Curso	Reg. de exumação do cemitério público, termo de arrendamento, registro civil	1841 a 1925
Legislação	Impedimento legal para estrada de certificado de anos	Lei n. 3.331	1990
Costeira do Pirajubaé	Ocupação histórica, dados gerais	Mapas, Livro: Florianópolis memória urbana	
Árvore genealógica		Registro de óbitos, atestados de óbito	1845 a 2004
Localizar bisavó	Buscar cidadania italiana		
Os transportes em Florianópolis	Investigação do transporte nos anos de 1920 e 1955	Câmara Municipal, Leis	1907 a 1920
Literatura no século XIX		Registro de corresp., recortes de jornais diversos	2004
Açoridade e turismo em Florianópolis	Discurso ético da açoridade e a relação com o turismo	Ofícios recebidos do gabinete do prefeito	1989 a 1993
	Data de óbito	Livro do Cemitério da ponte	2004
Mercado Público	Turismo	Florianópolis memória urbana.	
Sindicato da estiva de Florianópolis	Ofícios, cartas e leis		
Na contramão da lei Cultural	Dissertação de mestrado Trabalho curso turismo	Registro de leis e decretos Memória Urbana	1899
Diversos de São José	História de São José	Livros sobre naturalização	
Indefinido		Livros históricos	
História social	Tese de doutorado	Livros históricos	
Bibliografia	História de Santa Catarina	Livros históricos	
Processo de formação contínua de professores	Educação	Secretaria da Educação	1993 a 1996
História		Ata de sessões da câmara municipal	
		Memória de um Patrimônio	
	Eleição para diretor de creche	Plano de governo	2001 a 2004

**Fonte:** Dados da Pesquisa (2018).

No que diz respeito aos anos dos documentos pesquisados, a grande maioria compreende os séculos XIX e XX, cujos mais pesquisados variam entre 1840 e 1920, porém, como demonstram os quadros 2 e 3, alguns usuários não preencheram todos os dados das fichas de cadastro, principalmente a parte que correspondiam às datas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os arquivos e centros de documentação são essenciais para a construção da memória da sociedade, diante disso, os serviços prestados por estas instituições são de extrema importância para a sociedade como um todo.

Considera-se que, para que os arquivos possam realizar de forma eficaz seu trabalho e dar acesso de qualidade aos seus usuários é necessária a contratação de profissionais formados na área de Arquivologia, para que os procedimentos desenvolvidos no arquivo estejam de acordo com as funções e princípios arquivísticos proposto pela boa prática arquivística.

De acordo com os objetivos da pesquisa, os resultados mostram que o perfil do usuário do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, no período pesquisado, se constitui de homens e mulheres estudantes que visam buscar informações sobre o século XIX e XX que retratem a história do município em que vivem. Sendo assim, os assuntos mais pesquisados, de acordo com as fichas de cadastro contidas no arquivo são variados, mas a maioria está relacionada à cultura e genealogia.

Sugere-se a utilização das fichas de cadastro para melhor identificação do perfil do usuário que realiza suas buscas por informação no arquivo, e o tipo documental pesquisado pelo mesmo, fazendo com que o arquivo tenha conhecimento de seus usuários, e assim, identificar o nível de satisfação destes quanto aos serviços institucionais prestados.

Quanto à identificação da tipologia documental existente no AHMF, o arquivo concedeu a esta investigação instrumentos de pesquisas que contêm assuntos, datas, códigos e volumes dos manuscritos. Entretanto, grande parte da documentação não está relacionada nesses instrumentos, dificultando a identificação completa da tipologia documental.

Esta pesquisa demonstra a infraestrutura do acervo do AHMF, desde seu mobiliário até a sua localidade, que é de fácil acesso. Nas visitas realizadas no arquivo evidenciou-se a falta de investimento e de preocupação na preservação e conservação da documentação armazenada. Quanto à infraestrutura do prédio em que a instituição se localiza, há uma abertura no teto que ocasiona a infiltração de água, fato não adequado para um arquivo, principalmente quando armazena documentos permanentes, visto ao risco de deterioração da documentação histórica.

Em seu acervo existem duas partes da estante deslizante que contêm fitas VHS de um

jornal, que conta a história de alguns fatos que ocorreram na cidade de Florianópolis, porém, segundo o responsável do AHMF, este material não deveria estar localizado no acervo e sim na Casa da Memória em Florianópolis.

Vale ressaltar, a importância do usuário da informação contida no arquivo, uma vez que ele deve sua existência ao interesse desses usuários e suas necessidades informacionais. Portanto, a realização de pesquisas voltadas aos usuários de arquivo, centro de documentação e bibliotecas, é essencial para a divulgação da documentação existente nesses locais, assim como auxilia na compreensão das necessidades informacionais dos usuários.

No AHMF nota-se a falta de difusão da informação, por meio de um website que possua o conteúdo que o arquivo mantém em sua guarda, e que o usuário consiga se comunicar quando precisa de uma informação. Além disso, por não conter funcionários formados em arquivologia, que tenham conhecimento na área, para elaborar instrumentos de pesquisa, para facilitar o acesso à documentação que os usuários necessitam.

O AHMF possui em sua guarda uma vasta quantidade de informações sobre a história da cidade de Florianópolis, que são importantes para a construção da memória da sociedade, e a falta de profissionais qualificados para cuidar dessas informações, influencia na falta de gestão documental, e isso torna-se um ponto negativo para o arquivo, e de certa forma afasta os usuários que conhecem, e os que ainda não conhecem por não existir forma alguma de divulgação do arquivo e de sua documentação tão valiosa.

Por fim, esta pesquisa mostra o quanto o AHMF precisa de verbas públicas para preservação e conservação da documentação nele armazenada, bem como a contratação de Arquivistas para gerar condições adequadas aos documentos e elaborar registros dos usuários, como uma maneira de proporcionar visibilidade para o setor público da importância do registro do município constante no arquivo.

## REFERÊNCIAS

ÁGORA: REVISTA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFSC. **arquivo público**: termo de busca. 2017. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1985-2018.

Disponível em:

<https://agora.emnuvens.com.br/ra/search/search?simpleQuery=arquivo+p%C3%ABAblico&searchField=query>. Acesso em: 10 mar. 2017

ÁGORA: REVISTA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFSC. **estudo de usuários e usuários**: termo de busca. 2017. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1985-2018. Disponível em:

<https://agora.emnuvens.com.br/ra/search/search?simpleQuery=estudo+de+usu%C3%A1rios+e+usu%C3%A1rios&searchField=query>. Acesso em: 10 mar. 2017

ÁGORA: REVISTA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFSC. **arquivo histórico municipal**: termo de busca. 2017. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1985-2018. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/search/search?simpleQuery=arquivo+hist%C3%B3rico+municipal&searchField=query>. Acesso em: 10 mar. 2017

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas n. 51)

BAHIA, Eliana Maria dos Santos. Preservação e conservação documental em acervo de manuscritos. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 1-8, jan. 2002.

BDTD. BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

BRAPCI: BASE DE DADOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 1972-2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Seção 1. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm). Acesso em: 30 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 28 mar. 2018.

CÉ, G.; PEDRAZZI, F. Estudo de usuários como recurso para a difusão de um arquivo: o caso da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 25, n. 2, p. 75-90, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2277/1501>. Acesso em: 18 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Arquivo Histórico do Município de Florianópolis - Professor Oswaldo Rodrigues Cabral**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: <http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/arquivo-historico-do-municipio-de-florianopolis-professor-oswaldo-rodrigues-cabral.html>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Arquivos públicos estaduais e do Distrito Federal**. 2017. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/links-uteis/386-arquivos-p%C3%BAblicos-estaduais-e-do-distrito-federal>. Acesso em: 7 out. 2017.

COSTA, L. F.; SILVA, A. C. P.; RAMALHO, F. A. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ci. Inf. [online]**, Brasília, v. 39, n. 2, p.129-143, maio/ago., 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

DIAS, M. M. K.; PIRES, D. **Usos e usuários da informação**. São Carlos: EdUFSCar, 2004. Disponível em: <http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/12/usuarios-e-usos-da-informacao.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudos de usos e usuários da informação**. Brasília: IBICT, 1994.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria de Estado da Administração. **Arquivo Público**. 2017. Disponível em:

[http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=90&Itemid=349&lang=brazilian\\_portuguese](http://www.sea.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=90&Itemid=349&lang=brazilian_portuguese). Acesso em: 10 jun. 2017.

FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal n. 4.491, de 14 de setembro de 1994. Dispõe sobre a criação do Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, vinculado a Secretaria Municipal de Administração. **Justiça do Brasil**. Florianópolis, 14 set. 1994. Disponível em: <https://cm.jusbrasil.com.br/legislacao/1000958/lei-4491-94>. Acesso em: 21 abr. 2018.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Arquivo Histórico de Florianópolis cataloga acervo**. 2017. Disponível em:

<http://portal.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina&noti=16862>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FLORIANÓPOLIS. **Secretaria Municipal da Administração**. 2017. Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/sadm/index.php?cms=institucional+arquivo&menu=7>. Acesso em: 15 abr. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA BELSUNCE, C. El uso práctico de los archivos. **Archivum**, Paris, v. 29, p. 77-86, 1982.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática da gestão de documentos. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 36-42, jul./dez., 1987.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. Estudo de usuário em arquivos: em busca de um estado da arte. **Data Gramma Zero: Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: [http://dgz.org.br/out04/Art\\_04.htm](http://dgz.org.br/out04/Art_04.htm). Acesso em: 29 set. 2017.

LEITÃO, F. **O papel do investigador** (observação participante e não participante). Portugal, 2008. Disponível em: <http://fatimaleitao700984.blogspot.com.br/2008/06/9-o-papel-do-investigador-observao.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

LOPES, U. S. Arquivos e a organização da gestão documental. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 8/9, p. 113-121. jan., 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, C. A. **Estudo de Usuário no Arquivo do Departamento de Administração de Pessoal - UFSC**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PAES, M. L. **Arquivos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PEREZ, C. B. Os diferentes tipos de usuários de arquivos. **Caderno de Arquivologia**, Santa Maria, n.1, p. 66-86, 2002.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. **arquivo histórico municipal de Florianópolis**: termo de busca. 2019. Disponível em:  
[http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmVtby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWw0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJnBjQXZhaWxhYmVsdHlnb2RlPWZhbHNIJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxibXVsdGlvbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFjJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHG9MSZmbj1zZWYyZmdmlkPUNBUEVTX1Yx&buscaRapidaTermo=arquivo+hist%C3%B3rico+municipal+de+florian%C3%B3polis](http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmVtby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWw0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJnBjQXZhaWxhYmVsdHlnb2RlPWZhbHNIJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxibXVsdGlvbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFjJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHG9MSZmbj1zZWYyZmdmlkPUNBUEVTX1Yx&buscaRapidaTermo=arquivo+hist%C3%B3rico+municipal+de+florian%C3%B3polis). Acesso em: 15 jan. 2019.

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES. **estudo de usuários em arquivo**: termo de busca. 2019. Disponível em:  
[http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com\\_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmVtby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWw0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJnBjQXZhaWxhYmVsdHlnb2RlPWZhbHNIJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxibXVsdGlvbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFjJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHG9MSZmbj1zZWYyZmdmlkPUNBUEVTX1Yx&buscaRapidaTermo=estudo+de+usu%C3%A1rios+em+arquivo](http://www.periodicos.capes.gov.br/?option=com_pmetabusca&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL3JucC1wcmVtby5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWw0aW9uL3NIYXJjaC5kbz9kc2NudD0wJnBjQXZhaWxhYmVsdHlnb2RlPWZhbHNIJmZyYmc9JnNjcC5zY3BzPXByaW1vX2NlbnRyYWxibXVsdGlvbGVfZmUmdGFpPWRlZmF1bHRfdGFjJmN0PXNIYXJjaCZtb2RlPUJhc2ljJmR1bT10cnVlJmluZHG9MSZmbj1zZWYyZmdmlkPUNBUEVTX1Yx&buscaRapidaTermo=estudo+de+usu%C3%A1rios+em+arquivo). Acesso em: 15 jan. 2019.

PORTELLA, V. P. de; PEREZ, C. B. **Perfil dos Usuários do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Salvador Bahia, 2011. Disponível em:  
<http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Portella-Perez.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

REIS, C. E. O arquivo histórico municipal de Florianópolis: 21 anos. **ÁGORA: Revista do Curso de Graduação em Arquivologia da UFSC**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 05-28, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/577>. Acesso em: 10 maio 2018.

RODRIGUES, A. C. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo**: um manual para o município de Campo Belo (MG). São Paulo, 2002. 780 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo. Disponível em:  
<http://www.teses.usp.br/teses/dis.../tesaAnaCelia.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. ciênc. inf.** Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr., 2006. Disponível em: <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/02/teoria-dos-arquivos-e-a-gestao-de-documentos1.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

SANZ CASADO, E. **Manual de estudos de usuários**. Madri: Fundación Germán Sanchez Ruipérez, 1994.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 12, p. 179-229.

#### ***THE USERS AND THE GENERAL ASPECTS OF THE FLORIANÓPOLIS MUNICIPAL HISTORY ARCHIVAL***

**Abstract:** *Archival users seek to meet their information needs in the course of their research, whether for certain jobs or for their own knowledge of the region in which they reside. In the Historic Archive of the Municipality of Florianópolis, users tend to investigate subjects related to the history of their city, society or family during their visits. Thus, this article is the result of a work of conclusion of course and has as general objective to know the Municipal Historical Archive of Florianópolis and its users. The specific objectives are: a) to investigate the user profile and informational needs; (b) characterize the types of documents in the acquis; and, c) analyze the physical infrastructure and the furniture of the archive. For this purpose, the exploratory and descriptive research was used, the technical procedures involve documentary and bibliographic research, and the data approach is based on qualitative and quantitative research. The instruments of data collection were composed of records of the users of the Archive. The results of the research indicate that the users, most of the time, are students who search for subjects of the 19th and 20th century referring to the city of Florianópolis or to the city's historical heritage, such as the Public Market. It is also verified the need for funds to maintain infrastructure and hiring Archivists for the institution.*

**Keywords:** *Florianópolis Municipal Archive. Users. Researches. Historical Collection. Archivology.*

*Originais recebidos em: 03/09/2018*

*Aceito para publicação em: 15/02/2019*

*Publicado em: 23/04/2019*

## ANEXO 1

### Pesquisas realizadas na BRAPCI

**Imagem 1 – Busca com o termo “Arquivo Público”**

The screenshot shows the BRAPCI search interface. The search term is 'arquivo público'. The results show 229 records. The first result is 'A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO JORNAL A UNIÃO: PROPOSTA DE DESCRIÇÃO' by MAIA, Manuela Eugênio; Ana Cristina Coutinho Flor, published in 'Revista Conhecimento em Ação', v. 3, n. 1, 2018. The results table on the right lists journals and their quantities:

journal	quant.
Ágora	70
Enancib	17
Perspect. ciênc. inf.	17
Arquivo e Administração	15
	11

Fonte: Print extraído da página de consulta da Brapci (2017)

**Imagem 2 – Busca com o termo “Arquivo Histórico Municipal”**

The screenshot shows the BRAPCI search interface. The search term is 'arquivo histórico municipal'. The results show 22 records. The first result is 'NORMALIZAÇÃO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA APLICADA NO FUNDO DOCUMENTAL DA SECRETARIA DE CULTURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA' by COSTA, Eliandro dos Santos; MADIO, Telma Campanha de Carvalho, published in 'Informação & Sociedade: Estudos', v. 27, n. 3, 2017. The results table on the right lists journals and their quantities:

journal	quant.
Ágora	8
BIBLOS	2
Perspect. ciênc. inf.	2
Encontros Bibli	2
IA	2

Fonte: Print extraído da página de consulta da Brapci (2017)

**Imagem 3 – Busca com o termo “Estudo de Usuário de Arquivo”**

The screenshot shows the BRAPCI search interface. The search term is 'estudo de usuário de arquivo'. The results show 78 records. The first result is 'A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO ARQUIVO FOTOGRÁFICO DO JORNAL A UNIÃO: PROPOSTA DE DESCRIÇÃO' by MAIA, Manuela Eugênio; Ana Cristina Coutinho Flor, published in 'Revista Conhecimento em Ação', v. 3, n. 1, 2018. The results table on the right lists journals and their quantities:

journal	quant.
	8
Enancib	7
IA	6
Informação e Informação	6
Múltiplos Olhares em Ciência	5

Fonte: Print extraído da página de consulta da Brapci (2017)